

O Excelentíssimo Senhor
Tarso Fernando Herz Genro
Governador do Estado do Rio Grande do Sul
Palácio Piratini
Praça Marechal Deodoro s/n
CEP 90010-282- Porto Alegre –RS
Brasil

Ref.: ATN/OC-11975-BR. Cooperação Técnica
Não-Reembolsável. Apoio à Preparação dos
Programas de Ampliação da Capacidade
Viária e de Pavimentação de Acessos
Municipais do Estado do Rio Grande do Sul.

Prezado Senhor:

Esta carta-convênio (doravante denominada “Convênio”), entre o Estado do Rio Grande do Sul (doravante denominado “Beneficiário”) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, na condição de Administrador do Fundo para a Preparação de Projetos de Infraestrutura - InfraFundo (doravante denominado “Banco”), que submetemos à sua consideração, destina-se a formalizar os termos e as condições para a concessão de uma cooperação técnica não-reembolsável ao Beneficiário até o montante de US\$ 960.000,00 (novecentos e sessenta mil dólares dos Estados Unidos da América), que será desembolsado a débito dos recursos do InfraFundo (doravante denominada “Contribuição”), para financiar a seleção e contratação de serviços de consultoria e a aquisição de bens e serviços (diferentes dos de consultoria), necessários para a realização de um programa de cooperação técnica para o apoio à preparação dos programas de ampliação da capacidade viária e de pavimentação de acessos municipais do Estado do Rio Grande do Sul (doravante denominado “Programa”), descrito no Anexo deste Convênio. Salvo disposição em contrário neste Convênio, doravante o termo “dólar” significa a moeda de curso legal nos Estados Unidos da América.

O Banco e o Beneficiário convêm o seguinte:

Primeiro. **Partes integrantes do Convênio.** Este Convênio é integrado por esta primeira parte, denominada “Disposições Especiais”; pela segunda parte, denominada “Normas Gerais”; e pelo Anexo, aqui incorporados. No Artigo 1 das Normas Gerais define-se a hierarquia entre as partes e o Anexo acima referido.

Segundo. **Órgão Executor.** A execução do Programa e a utilização dos recursos da Contribuição do Banco caberão ao Órgão Executor deste Programa, o Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER) (doravante denominado “Órgão Executor”). O Beneficiário compromete-se a repassar ao Órgão Executor os recursos da Contribuição e a garantir que o Órgão Executor cumpra todas as obrigações decorrentes deste Convênio.

Terceiro. **Condições prévias ao primeiro desembolso.** Além das condições prévias estipuladas no Artigo 2 das Normas Gerais, o primeiro desembolso dos recursos da Contribuição está condicionado ao cumprimento, de maneira satisfatória para o Banco, da designação do coordenador do Programa pelo Órgão Executor.

Quarto. **Reembolso de despesas a débito da Contribuição.** Com a concordância do Banco, poderão ser utilizados recursos da Contribuição para o reembolso de despesas efetuadas ou o financiamento de despesas efetuadas no Programa a partir de 9 de dezembro de 2009 e até a data da entrada em vigor deste Convênio, desde que tenham sido cumpridos requisitos substancialmente análogos aos estabelecidos neste Convênio.

Quinto. **Forma de desembolsos da Contribuição.** O Banco fará o desembolso da Contribuição para o Beneficiário na forma descrita no Artigo 3 das Normas Gerais. Para efeito do estabelecido nos incisos (b) e (c) do Artigo 3 previamente mencionado, o montante do fundo rotativo para este Programa será de 10% (dez por cento) da Contribuição.

Sexto. **Prazos.** (a) O prazo para a execução do Programa será de 18 (dezoito) meses, contados da data da entrada em vigor deste Convênio.

(b) O prazo para o desembolso dos recursos da Contribuição será de 24 (vinte quatro) meses, contados da data da entrada em vigor deste Convênio. O desembolso dos recursos necessários para pagar o serviço de auditoria a que se refere o Artigo 11 das Normas Gerais deverá ser efetuado dentro desse prazo. Qualquer parte da Contribuição não utilizada dentro desse prazo será cancelada.

(c) Os prazos indicados acima e outros estabelecidos neste Convênio só poderão ser prorrogados por razões justificadas e com a concordância por escrito do Banco.

Sétimo. **Custo total do Programa e recursos adicionais.** (a) O Beneficiário compromete-se a efetuar oportunamente os aportes requeridos à Contribuição (doravante denominados “Aporte”), para a plena e ininterrupta execução do Programa. O total do Aporte foi estimado no equivalente a US\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil dólares) a fim de completar a soma equivalente a US\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil dólares), custo total estimado do Programa, sem que estas estimativas reduzam a obrigação do Beneficiário de aportar os recursos adicionais requeridos para a conclusão do Programa.

(b) O Aporte do Beneficiário se destinará a financiar as categorias a ele debitadas, estabelecidas no orçamento do Programa que consta do Anexo.

Oitavo. **Reconhecimento de despesas a débito do Aporte.** O Banco poderá reconhecer como parte dos recursos do Aporte para o Programa as despesas efetuadas ou que vierem a ser efetuadas no Programa a partir de 9 de dezembro de 2009 e até a data da entrada em vigor deste Convênio, desde que tenham sido cumpridos requisitos substancialmente análogos aos estabelecidos neste Convênio.

Nono. **Moedas para os desembolsos.** O Banco fará o desembolso da Contribuição em dólares ou seu equivalente em outras moedas conversíveis. O Banco, aplicando a

taxa de câmbio indicada no Artigo 7 das Normas Gerais, poderá converter essas moedas conversíveis em outras moedas, inclusive a moeda local.

Décimo. **Uso da Contribuição.** Os recursos da Contribuição só poderão ser usados para a aquisição de bens e o pagamento de serviços (diferentes dos de consultoria) e a seleção e contratação de consultores dos países membros do Banco. Em consequência, os procedimentos e as bases específicas das licitações ou de outras formas de contratação financiadas com recursos da Contribuição deverão permitir a livre concorrência de fornecedores de bens e serviços (diferentes dos de consultoria) e de consultores desses países.

Décimo primeiro. **Aquisição de bens e serviços (diferentes dos de consultoria).** A aquisição de bens e serviços (diferentes dos de consultoria) será feita de acordo com as disposições estabelecidas no Documento GN-2349-7 (“Políticas para a aquisição de obras e bens financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento”), de julho de 2006 (doravante denominado “Políticas de Aquisições”), que o Beneficiário declara conhecer e que se obriga a transmitir ao Órgão Executor e pela seguinte disposição:

(a) O Beneficiário, por intermédio do Órgão Executor, poderá utilizar o método de Comparação de Preços quando o custo estimado dos bens e serviços (diferentes dos de consultoria) for menor que o equivalente a US\$ 100.000 dólares (cem mil dólares) por contrato, de acordo com o disposto no parágrafo 3.5 dessas Políticas.

Décimo segundo. **Seleção e contratação de consultores.** A seleção e contratação de consultores deverá ser feita de acordo com as disposições estabelecidas no documento GN-2350-7 (“Políticas para a seleção e contratação de consultores financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento”), de julho de 2006 (doravante denominado “Políticas de Consultores”), que o Beneficiário declara conhecer e que se obriga a transmitir ao Órgão Executor.

Décimo terceiro. **Plano de Aquisições.** Antes de se fazer qualquer edital de licitação no caso de bens e serviços (diferentes dos de consultoria) ou qualquer seleção e contratação de consultores, o Beneficiário, por intermédio do Órgão Executor, deverá apresentar à revisão e aprovação do Banco o Plano de Aquisições proposto para o Programa, que deverá incluir o custo estimado de cada contrato, o agrupamento dos contratos e os métodos de aquisição e seleção aplicáveis, de acordo com o disposto no parágrafo 1 do Apêndice 1 das Políticas de Aquisições e de Consultores. Este plano deverá ser atualizado anualmente ou quando necessário ou requerido pelo Banco durante a execução do Programa e cada versão atualizada será submetida à revisão e aprovação do Banco. A aquisição de bens e serviços (diferentes dos de consultoria) e a seleção e contratação de consultores deverão ser executadas de acordo com o Plano de Aquisições aprovado pelo Banco e suas respectivas modificações.

Décimo quarto. **Revisão dos contratos.** Salvo determinação em contrário por escrito do Banco, cada contrato para a aquisição de bens e serviços (diferentes dos de consultoria) e a contratação de consultores serão revistos *ex-ante*, de acordo com os procedimentos estabelecidos nos parágrafos 2 e 3 do Apêndice 1 das Políticas de Aquisições e de Consultores.

Décimo quinto. Acompanhamento e Avaliação. (a) O Órgão Executor deverá apresentar ao Banco os seguintes relatórios: (i) relatórios semestrais de andamento, dentro dos 30 (trinta) dias seguintes à finalização de cada semestre calendário; e (ii) um relatório final, dentro de 6 (seis) meses contados do término da última atividade do Programa. Os relatórios semestrais e final deverão incluir, entre outros assuntos, informação sobre os avanços alcançados em cada um dos componentes e no desempenho global do projeto.

(b) O Órgão Executor compromete-se a colaborar com o Banco e a oferecer-lhe todas as informações que este razoavelmente lhe solicitar a fim de que o Banco possa realizar a avaliação intermediária e final do Programa.

Décimo sexto. Demonstrativos financeiros. (a) Para efeitos do estabelecido no Artigo 11(b) das Normas Gerais, o Beneficiário deverá apresentar, de maneira satisfatória para o Banco e dentro dos 90 (noventa) dias seguintes à data do último desembolso da Contribuição, uma demonstração financeira relativa às despesas do Programa efetuadas a débito dos recursos da Contribuição e do Aporte, auditada pelos auditores externos do Beneficiário, de acordo com as normas do Banco relativas à realização de auditorias externas.

(b) Quando as auditorias externas dos programas executados pelo Beneficiário forem realizadas por amostragem e nos casos em que essas amostragens não incluam a auditoria do Programa, para efeitos deste Convênio o Beneficiário deverá apresentar, de maneira satisfatória para o Banco: (i) uma comunicação escrita, acompanhada do Balanço Consolidado de Investimentos do Programa, assinado pelo auditor interno e pela autoridade máxima do Beneficiário, mediante a qual afirma que as despesas incorridas na cooperação técnica foram adequadamente debitadas ao Programa e utilizadas de acordo com as metas de desenvolvimento do Programa. Essa comunicação deverá ser apresentada dentro dos 90 (noventa) dias seguintes à data do último desembolso da Contribuição do Banco; e (ii) os demonstrativos financeiros anuais mais recentes do Beneficiário, auditados por seus auditores externos, seu relatório sobre controles internos e os relatórios de cumprimento.

(c) Caso os documentos e relatórios mencionados nas alíneas (i) e (ii) do inciso (b) anterior não sejam apresentados dentro dos 90 (noventa) dias seguintes à data do último desembolso da Contribuição do Banco, ou os relatórios a que se refere a alínea (ii) do inciso (b) anterior dêem origem, a juízo do Banco, a um motivo específico de preocupação, o Banco reserva-se o direito de solicitar um demonstrativo financeiro do Programa devidamente auditado por um auditor independente aceitável para o Banco, contratado pelo Beneficiário para essa finalidade. No caso de ocorrência desta última possibilidade, o Beneficiário deverá apresentar, de forma satisfatória para o Banco, o demonstrativo financeiro dentro dos 90 (noventa) dias da data da solicitação do Banco.

Décimo sétimo. Disponibilidade de informações. O Beneficiário compromete-se a comunicar ao Banco, por escrito, dentro de um prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de assinatura deste Convênio, se considera alguma parte deste Convênio como confidencial ou delicada, ou que possa afetar negativamente as relações entre os países membros e o Banco ou entre os clientes do setor privado e o Banco, caso em que o Beneficiário compromete-se a indicar as disposições consideradas como tais. De acordo com a política sobre disponibilidade de informações do Banco, este colocará à disposição do público o texto deste Convênio, depois que ele houver sido assinado e entrado em vigor, excluindo somente as informações que o Beneficiário houver

identificado como confidenciais, delicadas ou prejudiciais às relações com o Banco, na forma indicada neste parágrafo.

Décimo oitavo. **Comunicações.** Todos os avisos, pedidos, comunicações ou notificações que as partes devam encaminhar-se em virtude deste Convênio serão efetuados por escrito e se considerarão realizados desde o momento em que o documento correspondente for entregue ao destinatário no endereço indicado a seguir, a menos que as partes acordem por escrito de outra maneira:

Do Beneficiário: o endereço correspondente será o indicado na primeira página deste Convênio.

Do Banco:

Banco Interamericano de Desenvolvimento
1300 New York Avenue, N.W.
Washington, D.C. 20577
Fax: (202) 623-3096

Nestes termos, solicito a (V. Sa.) (V. Exa.), como representante do Beneficiário, a aceitação do mesmo aos termos deste Convênio, mediante a assinatura e entrega de uma das vias originais desta carta à Representação do Banco em Brasília.

Este Convênio, depois de assinado em 2 (duas) vias originais de igual teor por representantes devidamente autorizados, entrará em vigor na data da sua assinatura pelo Beneficiário.

Atenciosamente,

/a/

Fernando Carrillo-Flórez
Representante do
Banco no Brasil

DE ACORDO:

Estado de Rio Grande do Sul

/a/

Tarso Fernando Hertz Genro
Governador do Estado do
Rio Grande do Sul

Data: 08/12/2011

NORMAS GERAIS APLICÁVEIS ÀS
COOPERAÇÕES TÉCNICAS NÃO-REEMBOLSÁVEIS

Artigo 1. Aplicação e alcance das Normas Gerais. (a) Estas Normas Gerais estabelecem termos e condições aplicáveis, de modo geral, a todas as cooperações técnicas não-reembolsáveis do Banco, e suas condições constituem parte integrante deste Convênio. Qualquer exceção a estas Normas Gerais será expressamente indicada no texto das Disposições Especiais.

(b) Se houver incongruência ou contradição entre alguma estipulação das Disposições Especiais ou do Anexo ou dos Anexos e estas Normas Gerais, prevalecerá o previsto nas Disposições Especiais ou no respectivo Anexo. Quando houver incongruência ou contradição entre estipulações das Disposições Especiais e do Anexo, prevalecerá o princípio segundo o qual a estipulação específica prevalece em relação à geral.

Artigo 2. Condições prévias ao primeiro desembolso. (a) O primeiro desembolso da Contribuição está condicionado a que o Beneficiário, por si próprio ou por intermédio do Órgão Executor, tenha:

- (i) designado um ou mais funcionários que possam representá-lo em todos os atos relacionados com a execução deste Convênio e feito chegar ao Banco exemplares autênticos das assinaturas desses representantes. Caso sejam designados dois ou mais funcionários, cumpre informar se ambos podem agir individualmente ou se o farão necessariamente em conjunto;
- (ii) apresentado um cronograma para o uso do Aporte;
- (iii) fornecido ao Banco informações da conta bancária especial para o depósito dos desembolsos da Contribuição.

(b) Se, dentro de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da entrada em vigor deste Convênio, ou de um prazo mais longo que as partes tenham acordado por escrito, não se cumprirem as condições prévias ao primeiro desembolso estabelecidas neste artigo e nas Disposições Especiais, o Banco poderá rescindir este Convênio, dando ao Beneficiário o respectivo aviso.

Artigo 3. Forma de desembolso da Contribuição. (a) O Banco efetuará o desembolso da Contribuição ao Beneficiário por intermédio do Órgão Executor na medida em que este, de maneira satisfatória para o Banco, o solicitar e justificar as despesas imputáveis à Contribuição.

(b) A pedido do Beneficiário, por intermédio do Órgão Executor e depois de cumpridos os requisitos estabelecidos no Artigo 2 e nas Disposições Especiais, o Banco poderá constituir um fundo rotativo a débito da Contribuição, que o Beneficiário, por intermédio do Órgão Executor, usará para cobrir as despesas do Programa imputáveis à Contribuição. O

Beneficiário, por intermédio do Órgão Executor, informará ao Banco, dentro de 60 (sessenta) dias contados do encerramento de cada semestre, sobre a situação do fundo rotativo.

(c) O Banco poderá renovar total ou parcialmente o fundo rotativo à medida que os recursos sejam utilizados se o Beneficiário, por intermédio do Órgão Executor, assim o solicitar e apresentar ao Banco, de forma que este considere satisfatória, uma discriminação das despesas efetuadas a débito do fundo, juntamente com a documentação comprobatória e uma justificação do pedido. Para a discriminação das despesas serão empregados os itens orçamentários indicados no Anexo A deste Convênio.

Artigo 4. Despesas a débito da Contribuição. A Contribuição será destinada exclusivamente a cobrir os itens alocados a seu débito no orçamento do Programa incluído no Anexo que descreve o Programa. Somente poderão ser lançadas a débito da Contribuição as despesas reais e diretas efetuadas para a execução do Programa. Não poderão ser lançadas despesas indiretas ou serviços de funcionamento geral não incluídos no orçamento do Programa.

Artigo 5. Último pedido de desembolso. O Órgão Executor apresentará, de maneira que o Banco considere satisfatória, o último pedido de desembolso da Contribuição, acompanhado da documentação comprobatória, pelo menos 30 (trinta) dias antes da data em que vencer o prazo de desembolso estabelecido nas Disposições Especiais deste Convênio ou de sua prorrogação acordada por escrito entre as partes. Este último pedido de desembolso deverá incluir a documentação comprobatória para o pagamento dos serviços de auditoria mencionado no Artigo 11 destas Normas Gerais.

Artigo 6. Suspensão e cancelamento dos desembolsos. (a) O Banco poderá suspender os desembolsos ou cancelar a parte não desembolsada da Contribuição se ocorrer alguma das seguintes circunstâncias: (i) o período de desembolsos venceu e parte da Contribuição não foi comprometida nem desembolsada; (ii) o Banco ou o Beneficiário decide terminar o Convênio antes do vencimento do prazo para desembolsos do Programa; (iii) inadimplência por parte do Beneficiário de qualquer obrigação estipulada neste Convênio; (iv) caso seja determinado, em qualquer etapa, que existe evidência suficiente para confirmar uma alegação de que um empregado, agente ou representante do Beneficiário, do Órgão Executor ou do Órgão Contratante, tenha cometido um ato de fraude e corrupção durante o processo de licitação, de negociação de um contrato ou da execução do contrato; e (v) qualquer circunstância que, a critério do Banco, possa tornar improvável a consecução dos objetivos do Programa. Nesses casos, o Banco notificará por escrito o Beneficiário ou o Órgão Executor para que apresente seus pontos de vista no prazo de 60 (sessenta) dias. Se os problemas persistirem depois desse prazo, o Banco informará por escrito ao Beneficiário ou ao Órgão Executor que o saldo não desembolsado da Contribuição do Banco será cancelado 30 (trinta) dias após a data desta última comunicação.

(b) Por força do disposto no inciso (a), as partes convêm em que, caso ocorram no Órgão Executor mudanças institucionais ou organizacionais que, na opinião do Banco, possam afetar a consecução oportuna dos objetivos do Programa, o Banco revisará e avaliará as possibilidades da consecução dos objetivos e, a seu critério, poderá suspender, condicionar ou cancelar os desembolsos da Contribuição.

(c) O Banco poderá cancelar a parte não desembolsada da Contribuição destinada à aquisição de determinados bens, obras, serviços relacionados ou serviços de consultoria, se, a qualquer momento, determinar que: (i) as aquisições ou contratações foram efetuadas sem a observância dos procedimentos estabelecidos neste Convênio; ou (ii) representantes do Beneficiário, do Órgão Executor ou do Órgão Contratante incorreram em qualquer ato de fraude ou corrupção, tanto durante o processo de seleção de empreiteiro, fornecedor ou consultor como durante a negociação ou a execução do respectivo contrato, sem que, para corrigir a situação, o Beneficiário tivesse tomado as medidas apropriadas e aceitáveis do ponto de vista do Banco e de acordo com as garantias do devido processo previstas na legislação brasileira.

(d) Para os efeitos do inciso anterior, entende-se que os atos de fraude ou corrupção incluem, mas não se limitam, aos seguintes atos: (i) prática corrupta, que consiste em oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor para influenciar indevidamente as ações de outra parte; (ii) prática fraudulenta, que é qualquer ato ou omissão, inclusive a tergiversação de fatos e circunstâncias, que, deliberadamente ou por negligência grave, enganem ou tentem enganar qualquer parte para a obtenção de um benefício financeiro ou de outra natureza ou para a evasão de uma obrigação; (iii) prática coercitiva, que consiste em prejudicar ou causar dano, ou ameaçar com prejudicar ou causar dano, direta ou indiretamente, a qualquer parte ou a seus bens para influenciar de forma indevida as ações de uma parte; e (iv) prática colusória, que é um acordo entre duas ou mais partes com a intenção de alcançar um propósito indevido, inclusive influenciar de forma indevida as ações de outra parte.

(e) Se ficar comprovado que, de acordo com os procedimentos administrativos do Banco, qualquer empresa, entidade ou indivíduo em representação ou participação de um projeto financiado pelo Banco, inclusive, entre outros, Beneficiário, licitantes, fornecedores, empreiteiros, subempreiteiros, solicitantes, consultores, Órgão Executor ou Órgão Contratante (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e representantes), cometeu um ato de fraude ou corrupção, o Banco poderá:

- (i) decidir não financiar nenhuma proposta de adjudicação de um contrato ou de um contrato adjudicado para bens, serviços relacionados e serviços de consultoria financiado pelo Banco;
- (ii) suspender os desembolsos da Contribuição, conforme disposto no inciso (a) supra destas Normas Gerais, se ficar determinado, em qualquer etapa, que existe evidência suficiente para comprovar uma alegação de que um empregado, agente ou representante do Beneficiário, Órgão Executor ou Órgão Contratante cometeu um ato de fraude ou corrupção;
- (iii) cancelar a parte não desembolsada da Contribuição relacionada com um contrato, conforme disposto no inciso (c) supra destas Normas Gerais,

quando existir evidência de que o representante do Beneficiário não tomou as medidas corretivas adequadas em um prazo que o Banco considere razoável e de acordo com as garantias de devido processo estabelecidas na legislação do país do Beneficiário;

- (iv) emitir uma advertência na forma de uma carta formal de censura à conduta da empresa, entidade ou indivíduo;
- (v) declarar uma pessoa, entidade ou empresa não-qualificada, de forma permanente ou por determinado período de tempo, para a adjudicação de contratos no âmbito de projetos financiados pelo Banco, exceto nas condições que o Banco julgar apropriadas;
- (vi) encaminhar o tema às autoridades competentes encarregadas de fazer cumprir as leis; e/ou
- (vii) impor outras sanções que julgar apropriadas dentro das circunstâncias do caso, inclusive a imposição de multas que representem para o Banco o reembolso dos custos de investigação e processo. Estas sanções poderão ser impostas de forma adicional ou em substituição de outras sanções.

(f) A imposição de qualquer medida que seja tomada pelo Banco de acordo com as disposições acima referidas poderá ser efetuada de forma pública ou privada.

(g) O disposto nos incisos (a) e (c) acima não afetará as quantias que o Banco se tenha comprometido por escrito perante o Beneficiário ou o Órgão Executor ou o Órgão Contratante, conforme o caso, a pagar a débito dos recursos da Contribuição a um fornecedor de bens e serviços relacionados ou de serviços de consultoria. O Banco poderá deixar sem efeito o compromisso indicado neste inciso (g) quando determinar, de maneira que lhe seja satisfatória, que ocorreram um ou mais atos de fraude e corrupção a que se refere o inciso (d) deste artigo, com relação ao processo de seleção, à negociação ou à execução do contrato para a aquisição dos referidos bens e serviços relacionados ou serviços de consultoria.

Artigo 7. Taxa de câmbio para programas financiados com recursos expressos em dólares.

(a) Desembolsos:

- (i) A equivalência em dólares de outras moedas conversíveis em que possam ser feitos os desembolsos da Contribuição será calculada aplicando-se, na data do desembolso, a taxa de câmbio vigente no mercado.
- (ii) A equivalência em dólares de reais ou de outras moedas não conversíveis, em caso de programas regionais, em que os desembolsos da Contribuição possam ser feitos, será calculada aplicando-se, na data do desembolso, a taxa de câmbio que corresponda ao entendimento vigente entre o Banco e a República Federativa do Brasil para os efeitos de manter o valor em

dólares dos reais ou de outras moedas não-conversíveis, em caso de programas regionais, em poder do Banco.

- (iii) Para os efeitos destas Normas Gerais, "real" ou "reais" significa a moeda de curso legal na República Federativa do Brasil.

(b) Despesas efetuadas:

- (i) A equivalência em dólares de uma despesa efetuada em real, ou em outras moedas não-conversíveis, e que se qualifique no todo ou em parte para reembolso com recursos da Contribuição, será calculada aplicando-se ao total da despesa a mesma taxa de câmbio indicada no inciso (a) deste artigo, vigente no dia anterior à data de apresentação de pedido de reembolso ao Banco.
- (ii) A equivalência em dólares de uma despesa paga com recursos diferentes daqueles da Contribuição e para a qual se solicite o reconhecimento a débito da Contribuição ou do aporte local será calculada aplicando-se ao total da despesa a mesma taxa de câmbio indicada no inciso (a) deste artigo, vigente no dia anterior à data da apresentação do pedido de reembolso ao Banco.
- (iii) A equivalência em dólares de uma despesa efetuada em real, ou em outras moedas não-conversíveis, e que seja financiada no todo com recursos do aporte local será calculada aplicando-se a mesma taxa de câmbio indicada no inciso (a) deste artigo, vigente no primeiro dia útil do mês da data do pagamento.
- (iv) A equivalência em dólares de uma despesa paga total ou parcialmente com recursos da Contribuição será calculada aplicando-se ao total da despesa a mesma taxa de câmbio indicada no inciso (a) deste artigo, vigente na data de conversão dos recursos desembolsados na Moeda do Financiamento para o real.

Artigo 8. Taxa de câmbio para programas financiados com recursos em moedas conversíveis diferentes do dólar. (a) Desembolsos. O Banco poderá converter a moeda desembolsada a débito dos recursos do fundo em administração indicado nas Disposições Especiais em:

- (i) outras moedas conversíveis, aplicando a taxa de câmbio vigente no mercado na data do desembolso; ou
- (ii) real ou outras moedas não conversíveis, aplicando, em caso de programas regionais, na data do desembolso, o seguinte procedimento: (A) será calculada a equivalência da moeda do fundo em administração indicado nas Disposições Especiais em dólares, aplicando a taxa de câmbio vigente no mercado; (B) posteriormente, será calculada a equivalência desses

dólares em real ou em outras moedas não conversíveis, aplicando a taxa de câmbio utilizada para a conversão dos recursos recebidos e expressos na Moeda do Financiamento (moeda conversível) para essa mesma moeda.

(b) Despesas efetuadas

- (i) A equivalência na moeda do fundo em administração indicado nas Disposições Especiais de uma despesa efetuada em moedas conversíveis será calculada aplicando-se a mesma taxa de câmbio utilizada para a conversão dos recursos desembolsados em moeda conversível.
- (ii) A equivalência na moeda do fundo em administração indicado nas Disposições Especiais de uma despesa efetuada em real ou em outras moedas não-conversíveis, em caso de programas regionais, será calculada da seguinte forma: (A) calcula-se a equivalência em dólares da despesa aplicando-se, na data do pagamento da respectiva despesa, a taxa de câmbio que corresponda ao entendimento vigente entre o Banco e a República Federativa do Brasil para os efeitos de manter o valor em dólares dos reais em poder do Banco; (B) posteriormente, calcula-se a equivalência na moeda do fundo em administração indicado nas Disposições Especiais do valor da despesa em dólares, aplicando-se a este a mesma taxa de câmbio utilizada para a conversão dos recursos desembolsados em moeda conversível para essa mesma moeda.
- (iii) Para efeitos das alíneas (i) e (ii) acima, entende-se que a data do pagamento é aquela em que o Beneficiário, o Órgão Executor ou outra pessoa física ou jurídica a que tenha sido delegada a faculdade de realizar despesas efetue o pagamento a favor do empreiteiro, do consultor ou do fornecedor.

Artigo 9. Aquisição de bens e serviços. (a) Com débito à Contribuição e até o montante destinado a tal fim no orçamento incluído no Anexo que descreve o Programa, o Beneficiário poderá, por intermédio do Órgão Executor, adquirir os bens e serviços (diferentes dos de consultoria) previstos no Programa.

(b) Quando os bens e serviços (diferentes dos de consultoria) adquiridos ou contratados para o Programa forem financiados com recursos do Aporte, o Beneficiário utilizará, sendo possível, procedimentos que permitam a participação de vários proponentes e dispensará a devida atenção aos aspectos de economia, eficiência e razoabilidade de preços.

(c) Quando forem utilizadas outras fontes de financiamento que não os recursos da Contribuição nem os do Aporte, o Beneficiário poderá acordar com o financiador o procedimento a ser seguido para a aquisição de bens e serviços. Sem embargo, a pedido do Banco, o Beneficiário deverá demonstrar a razoabilidade tanto do preço pactuado ou pago pela aquisição de tais bens e serviços como das condições financeiras dos créditos. O Beneficiário

deverá demonstrar, igualmente, que a qualidade dos bens satisfaz aos requisitos técnicos do Programa.

(d) Durante a execução do Programa, os bens a que se refere o inciso (a) anterior serão utilizados exclusivamente para a realização do Programa.

(e) Os bens compreendidos no Programa serão mantidos adequadamente de acordo com normas técnicas geralmente aceitas em um nível compatível com os serviços que devam prestar.

Artigo 10. Seleção e contratação de consultores. (a) Com débito à Contribuição e até o montante destinado a tal fim no orçamento incluído no Anexo que descreve o Programa, o Beneficiário poderá, por intermédio do Órgão Executor, selecionar e contratar os consultores previstos no Programa.

(b) Além dos requisitos especiais incluídos nas Disposições Especiais, nas Políticas de Consultores e nos respectivos termos de referência, o Beneficiário, por intermédio do Órgão Executor, acorda que os contratos assinados com os Consultores estabelecerão também as obrigações destes de:

- (i) fazer os esclarecimentos ou ampliações que o Órgão Executor ou o Banco julgarem necessários acerca dos relatórios que eles estão obrigados a apresentar, de acordo com os termos de referência estabelecidos em seus respectivos contratos;
- (ii) fornecer ao Órgão Executor e ao Banco as informações adicionais que estes razoavelmente lhes solicitarem em relação ao andamento de seus trabalhos;
- (iii) no caso de consultores internacionais, desempenhar seus trabalhos de forma integrada com o pessoal profissional local designado ou contratado pelo Beneficiário para participar da realização do Programa, a fim de levar a cabo os trabalhos e oferecer um treinamento técnico e operacional a esse pessoal;
- (iv) reconhecer que o Banco retém os direitos autorais, as patentes e quaisquer outros direitos de propriedade intelectual que possam incidir sobre os estudos, trabalhos, materiais, documentos ou outros produtos que são objeto da consultoria, e que a assinatura do respectivo contrato para a prestação dos serviços constitui uma atribuição expressa ao Banco de todos os direitos de propriedade intelectual, inclusive direitos autorais e patentes, que o consultor possa reivindicar com relação aos mencionados estudos, trabalhos, materiais, documentos ou produtos;
- (v) se as Disposições Especiais contemplarem a concessão, por parte do Banco, ao Beneficiário ou Órgão Executor de uma licença para a

utilização ou divulgação dos estudos, trabalhos, materiais, documentos ou outros produtos que são objeto da consultoria, essa licença será não-exclusiva, limitar-se-á ao disposto nas Estipulações Especiais e respeitará o disposto no artigo 14 destas Normas Gerais.

Artigo 11. Demonstrações financeiras. (a) Se o prazo de execução do Programa for superior a 1 (um) ano e o montante da Contribuição for superior ao equivalente a US\$ 1.500.000 (um milhão e quinhentos mil dólares), o Beneficiário comprometer-se-á a apresentar, de maneira que o Banco considere satisfatória:

- (i) Demonstrações financeiras anuais e uma final, relativas às despesas incorridas durante a execução do Programa, efetuadas a débito da Contribuição e do Aporte. Estas demonstrações deverão ser acompanhadas de parecer de auditores independentes aceitáveis para o Banco e de acordo com normas que este considere satisfatórias.
- (ii) As demonstrações financeiras anuais deverão ser apresentadas dentro de 90 (noventa) dias contados da data de encerramento de cada ano de execução do Programa, sendo a inicial no exercício econômico correspondente ao ano financeiro em que os desembolsos da Contribuição tiverem começado, e a final, dentro de 90 (noventa) dias contados da data do último desembolso da Contribuição. Estes prazos só poderão ser prorrogados com o acordo do Banco por escrito.
- (iii) O Banco poderá suspender os desembolsos da Contribuição caso não receba, de maneira satisfatória para ele, as demonstrações financeiras anuais dentro dos prazos estabelecidos na alínea (ii) deste inciso ou da prorrogação desses prazos que houver sido autorizada.

(b) Se o prazo de execução do Programa não ultrapassar 1 (um) ano ou o montante da Contribuição for igual ou inferior ao equivalente a US\$ 1.500.000 (um milhão e quinhentos mil dólares), o Beneficiário, por intermédio do Órgão Executor, comprometer-se-á a apresentar, de maneira satisfatória para o Banco e dentro dos 90 (noventa) dias seguintes à data do último desembolso da Contribuição, uma demonstração financeira sobre as despesas do Programa efetuadas a débito da Contribuição e do Aporte, acompanhada de um parecer de auditores independentes aceitáveis para o Banco e de acordo com normas também satisfatórias para ele.

(c) As auditorias de que trata este artigo serão efetuadas por uma firma de auditores independentes ou por um auditor independente aceitável para o Banco, de acordo com os termos de referência aprovados pelo Banco (documento AF-400). Os custos de auditoria serão financiados de acordo com o disposto no quadro de custos que consta do Anexo.

Artigo 12. Controle interno e registros. O Beneficiário, o Órgão Executor ou o Órgão Contratante, conforme o caso, deverá manter um sistema adequado de controles internos contábeis e administrativos. O sistema contábil deverá ser organizado de forma a conter a documentação necessária para a verificação das transações e a facilitação da preparação oportuna

das demonstrações financeiras e dos relatórios. Os registros do Programa deverão ser mantidos por um período mínimo de 3 (três) anos depois do último desembolso da Contribuição, de modo a: (a) permitir a identificação das quantias recebidas das diferentes fontes; (b) consignar, em conformidade com o registro de contas aprovado pelo Banco, os investimentos no Programa, tanto com os recursos da Contribuição como com os demais recursos necessários para a sua completa execução; (c) conter o detalhamento necessário para identificação das obras realizadas, dos bens adquiridos e dos serviços contratados, assim como a utilização das referidas obras, bens e serviços, conforme o caso; (d) que esses documentos incluam a documentação relacionada com o processo de licitação e a execução dos contratos financiados pelo Banco, o que compreende, embora de forma não limitativa, os editais de licitação, os pacotes de propostas, os resumos, as avaliações das propostas, os contratos, a correspondência, os produtos e minutas de trabalho e as faturas, incluindo documentos relacionados com o pagamento de comissões, e pagamentos a representantes, consultores e empreiteiros; e (e) demonstrar o custo dos investimentos em cada categoria e o progresso do Programa.

Artigo 13. Inspecções. (a) O Banco poderá estabelecer os procedimentos de inspeção que julgar necessários para assegurar-se do desenvolvimento satisfatório do Projeto.

(b) O Beneficiário, o Órgão Executor e o Órgão Contratante, conforme o caso, permitirão que o Banco inspecione a qualquer momento o Programa, bem como os equipamentos e materiais correspondentes, e examine os registros e documentos cujo conhecimento considere pertinente. No desempenho dessa tarefa, o pessoal enviado ou designado pelo Banco para o cumprimento deste propósito, como investigadores, representantes, auditores ou peritos, contará com a mais ampla colaboração das respectivas autoridades. Todas as despesas relativas a transporte, salário e demais gastos efetuados com esse pessoal serão pagas pelo Banco.

(c) O Beneficiário, o Órgão Executor ou o Órgão Contratante, conforme o caso, deverão fornecer ao Banco, se seu representante autorizado o solicitar, todos os documentos, inclusive os relacionados com aquisições, que o Banco possa razoavelmente requerer. Ademais, o Beneficiário, o Órgão Executor e o Órgão Contratante colocarão à disposição do Banco, se lhes for solicitado com razoável antecipação, seu pessoal para que responda às indagações que o pessoal do Banco possa ter em relação à revisão ou auditoria dos documentos. O Beneficiário, o Órgão Executor e o Órgão Contratante, conforme o caso, apresentará os documentos oportunamente, ou uma declaração juramentada na qual constem as razões pelas quais a documentação solicitada não se encontra disponível ou está sendo retida.

(d) Caso o Beneficiário, o Órgão Executor ou o Órgão Contratante, conforme o caso, se recuse a cumprir o pedido feito pelo Banco, ou de alguma maneira oponha obstáculos à revisão do assunto por parte do Banco, o Banco, à sua inteira discrição, poderá adotar as medidas que considerar apropriadas contra o Beneficiário, o Órgão Executor ou o Órgão Contratante, conforme o caso.

Artigo 14. Outros compromissos. O Beneficiário, por intermédio do Órgão Executor, deverá:

- (a) proporcionar aos Consultores e aos peritos e especialistas locais serviços de secretaria, escritórios, materiais, comunicações, transporte e todo apoio logístico que requeiram para a prestação de seus serviços;
- (b) apresentar ao Banco cópia dos relatórios dos Consultores e suas observações sobre eles;
- (c) fornecer ao Banco qualquer outra informação adicional ou pareceres jurídicos que este razoavelmente lhe solicite a respeito da realização do Programa e do uso da Contribuição e do Aporte; e
- (d) manter o Representante do Banco no Brasil informado sobre todos os aspectos do Programa.

Artigo 15. Publicação de documentos. O Beneficiário deverá obter a aprovação prévia e por escrito do Banco para publicar qualquer estudo, trabalho, material, documento ou produto financiado com os recursos da Contribuição, ou para utilizar o logotipo do Banco.

Artigo 16. Supervisão local. Sem prejuízo do acompanhamento dos trabalhos do Programa realizado pelo Órgão Executor, o Banco poderá supervisionar a execução do Programa no local, por meio dos funcionários de sua Representação no Brasil que designar para este fim.

Artigo 17. Alcance do compromisso do Banco. Fica entendido que o fato de conceder a Contribuição não implica compromisso algum de parte do Banco no sentido de financiar, total ou parcialmente, qualquer programa ou projeto que, direta ou indiretamente, possa resultar da realização do Programa.

Artigo 18. Arbitragem. Qualquer controvérsia decorrente deste Convênio que não seja resolvida por acordo entre as partes será submetida, incondicional e irrevogavelmente, ao seguinte procedimento e sentença:

- (a) **Composição do Tribunal.** O Tribunal de Arbitragem será composto por 3 (três) membros, designados da seguinte forma: o primeiro pelo Banco, o segundo pelo Beneficiário e o terceiro (doravante, o “Dirimente”) por acordo direto entre as partes ou por intermédio dos respectivos árbitros. Se as partes ou os árbitros não chegarem a um acordo sobre a escolha do Dirimente, ou se uma das partes não puder designar árbitros, o Dirimente será designado, a pedido de qualquer das partes, pelo Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos. Se uma das partes não designar árbitro, este será designado pelo Dirimente. Se algum dos árbitros designados ou o Dirimente não quiser ou não puder atuar ou continuar atuando, proceder-se-á à sua substituição de forma idêntica à indicada para a designação original. O sucessor estará investido das mesmas funções e atribuições de seu antecessor.
- (b) **Início do Procedimento.** Para submeter a controvérsia à arbitragem, a parte reclamante dirigirá à outra parte uma comunicação escrita expondo a natureza da

reclamação, a satisfação ou reparação pretendida e o nome do árbitro que designa. A parte que houver recebido essa comunicação deverá, dentro do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, comunicar à parte contrária o nome da pessoa que designar como árbitro. Se, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da entrega da citada comunicação ao reclamante, as partes não houverem acordado quanto à pessoa do Dirimente, qualquer uma delas poderá recorrer ao Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos, para que este proceda à designação.

- (c) **Constituição do Tribunal.** O Tribunal de Arbitragem será constituído em Washington, Distrito de Colúmbia, Estados Unidos da América, na data em que o Dirimente designar e, uma vez constituído, funcionará nas datas que o próprio Tribunal fixar.
- (d) **Procedimento**
 - (i) O Tribunal só terá competência para conhecer os pontos da controvérsia. Adotará seu próprio procedimento e, por iniciativa própria, poderá designar os peritos que julgar necessários. Em qualquer caso, deverá dar às partes a oportunidade de expor suas razões em audiência.
 - (ii) O Tribunal julgará segundo sua consciência, com base nos termos do Convênio, e proferirá sua sentença mesmo no caso em que uma das partes seja revel.
 - (iii) A sentença será reduzida a termo e adotada com o voto concorrente de pelo menos dois membros do Tribunal. Deverá ser exarada dentro do prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da designação do Dirimente, a menos que o Tribunal determine que, por circunstâncias especiais e imprevistas, esse prazo deva ser ampliado. A sentença será notificada às partes mediante comunicação assinada por pelo menos dois membros do Tribunal. As partes acordam que qualquer sentença do Tribunal deverá ser cumprida dentro de 30 (trinta) dias contados da data da notificação, terá efeito executivo e não admitirá nenhum recurso.
- (e) **Custas.** Os honorários de cada árbitro serão cobertos pela parte que o houver designado e os honorários do Dirimente, por ambas as partes em proporção igual. Antes de o Tribunal ser constituído, as partes acordarão quanto aos honorários das demais pessoas que, segundo convenham, entendam que devam intervir no procedimento de arbitragem. Se o acordo não ocorrer oportunamente, o próprio Tribunal fixará a compensação que seja razoável para essas pessoas, levando em conta as circunstâncias. Cada parte pagará as próprias despesas no procedimento de arbitragem, mas as custas do Tribunal serão pagas pelas partes em proporção igual. Qualquer dúvida quanto à divisão das custas ou à forma em que devam ser pagas será resolvida pelo Tribunal, sem direito a ulterior recurso.

- (f) **Notificações.** Toda notificação relacionada com a arbitragem ou a sentença será feita na forma prevista neste artigo. As partes renunciam a qualquer outra forma de notificação.

ANEXO

O PROGRAMA

Apoio à Preparação dos Programas de Ampliação da Capacidade Viária e de Pavimentação de Acessos Municipais do Estado do Rio Grande do Sul

I. Objetivo

O objetivo geral do Programa é apoiar o estado do Rio Grande do Sul (RS) na preparação de seus programas de Ampliação da Capacidade Viária (ACV) e de Pavimentação de Acessos Municipais (PAM). Será fornecido apoio técnico e financeiro ao fortalecimento da capacidade institucional para a preparação e gestão desses programas de investimento em infraestrutura. Pretende-se também apoiar o desenvolvimento de metodologias e critérios técnicos que facilitem o planejamento, a avaliação e a definição dos projetos que constituirão cada programa.

II. Descrição

- 2.01** Para a consecução dos objetivos do Programa, os seguintes componentes serão desenvolvidos:

Componente I: Fortalecimento da capacidade institucional do RS para a preparação e gestão de programas de investimentos em infraestrutura

- 2.02** Este componente financiará o desenvolvimento de um conjunto de atividades com a finalidade de fortalecer a capacidade do RS de administrar seus investimentos em infraestrutura. Esse fortalecimento terá como alvo principal o Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER) e a Secretaria de Infraestrutura e Logística (SEINFRA):

- (a) Diagnóstico dos recursos institucionais disponíveis para a gestão de investimentos em infraestrutura. Para essa finalidade serão realizadas as seguintes subatividades: (i) levantamento da estrutura instalada no DAER para o investimento em infraestrutura (recursos humanos, materiais, tecnológicos e financeiros); (ii) análise do funcionamento organizacional do DAER no que se refere a agentes institucionais envolvidos na definição, no planejamento, na avaliação e na licitação de projetos e obras; (iii) identificação de projetos viários em execução sob a supervisão do DAER; (iv) mapeamento das atividades do DAER e arranjos institucionais definidos para a execução de projetos; e (v) consolidação das informações solicitadas.

- (b) Implantação de uma unidade de gerência (UG) para planejamento, avaliação e definição de projetos. A UG será permanente e localizada dentro da Unidade Coordenadora de Programas Especiais, já existente no DAER. Para essa finalidade serão realizadas as seguintes subatividades: (i) definição das competências da Unidade de Gerência de forma compatível com as atribuições do DAER e de acordo com a sua estrutura hierárquica; (ii) definição do perfil dos recursos humanos necessários para a gerência de projetos; (iii) definição dos recursos materiais, tecnológicos e financeiros necessários para o funcionamento da UG; (iv) contratação no mercado ou realocação de recursos humanos existentes no DAER; (v) aquisição dos recursos materiais e tecnológicos necessários; e (vi) instalação da UG.
- (c) Capacitação de três equipes em planejamento, gestão e avaliação de projetos, mudança climática, eficiência energética e desenho de engenharia. Para essa finalidade serão realizadas as seguintes subatividades: (i) definição do conteúdo dos cursos de capacitação, enfocados em temas de gestão de projetos, mudança climática, eficiência energética e desenho de engenharia; (ii) elaboração de termos de referência para essas contratações; (iii) contratações; (iv) desenvolvimento dos cursos; e (v) divulgação de conhecimentos adquiridos para as demais equipes envolvidas, vinculadas ao DAER e/ou à SEINFRA.
- (d) Desenvolvimento de normas para a contratação de projetos. Para essa finalidade serão realizadas as seguintes subatividades: (i) assessoria para a elaboração dos termos de referência para contratações; (ii) apoio ao encaminhamento dos processos licitatórios de acordo com as normas do Banco; (iii) participação em eventos de discussão sobre mecanismos de financiamento de projetos do Banco; (iv) assessoria para a elaboração de processos de contratação, acompanhamento e supervisão de projetos; e (v) desenvolvimento de normas para os processos.
- (e) Desenvolvimento de um guia sobre o uso de parcerias público-privadas (PPPs) em projetos de infraestrutura. Para essa finalidade serão realizadas as seguintes subatividades: (i) identificação de projetos estruturados como PPPs; (ii) preparação dos termos de referência para um estudo sobre o uso de PPPs em projetos de infraestrutura no RS; (iii) contratação do estudo; e (iv) elaboração de um guia sobre o uso de PPPs.

Componente II: Desenvolvimento de metodologias e critérios de apoio à preparação dos programas ACV e PAM

2.03 Este componente financiará todas as atividades relacionadas com a preparação dos programas ACV e PAM que o Banco financiará por uma operação de empréstimo:

- (a) Definição de projetos segundo os critérios definidos e as metas esperadas. Para essa finalidade serão realizadas as seguintes subatividades: (i) levantamento das propostas de melhoria/implantação de infraestrutura viária; (ii) apoio ao

desenvolvimento de critérios para a priorização de projetos; (iii) definição da carteira de projetos; e (iv) definição das metas a serem alcançadas.

- (b) Desenvolvimento de metodologia para a estruturação de projetos com identificação de necessidades de financiamento e indicadores de desempenho quantitativo e qualitativo. Para essa finalidade serão realizadas as seguintes subatividades: (i) apoio ao desenvolvimento de metodologias para a elaboração de projetos; (ii) identificação das necessidades de financiamento para a implementação de projetos; e (iii) definição de critérios de desempenho quantitativos e qualitativos.
- (c) Estudo de viabilidade da implantação dos projetos priorizados sob a modalidade de PPPs. Para essa finalidade serão realizadas as seguintes subatividades: (i) identificação e análise de possíveis PPPs na carteira de projetos; (ii) elaboração dos termos de referência para o estudo de viabilidade do uso de PPPs nos projetos priorizados; (iii) contratação do estudo; e (iv) supervisão da execução do estudo.
- (d) Manual de avaliação técnica, econômico-financeira e socioambiental de projetos, inclusive mecanismos de operacionalização financeira, responsabilidades e funções específicas dos agentes envolvidos. Para essa finalidade serão realizadas as seguintes subatividades: (i) apoio ao levantamento de modelos de avaliação técnica, econômico-financeira e socioambiental de projetos; (ii) apoio à elaboração de arranjos institucionais de execução; (iii) apoio à identificação de formas de operacionalização de projetos, inclusive a execução físico-financeira e o detalhamento dos processos de desembolso, aplicação, apresentação de contas e contabilidade; (iv) normalização das informações; (v) elaboração de planos e orçamentos plurianuais, projetos, atividades, planos de ação e planos operacionais conformes com as normas consolidadas no Manual.
- (e) Elaboração das propostas de financiamento. Para essa finalidade serão realizadas as seguintes subatividades: (i) análise da carteira de projetos segundo os critérios definidos; (ii) apoio à revisão dos desenhos de projetos segundo a metodologia; (iii) identificação de projetos com necessidades de financiamento para seu desenvolvimento; e (iv) assessoria para a elaboração de propostas de financiamento e documentos de apoio para a preparação de operações de empréstimo.

2.04 Além dos Componentes I e II, o Programa financiará as seguintes atividades: (1) Administração - Prevêem-se fundos para a administração do Programa; (2) Supervisão Técnica do Programa - Esta atividade financiará a supervisão do Programa; e (3) Auditoria Financeira - Neste item serão previstos fundos para a auditoria financeira de aplicação dos recursos do Programa.

III. Custo do Programa e Orçamento

- 3.01** O custo total estimado do Programa é de US\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil dólares), dos quais até US\$ 960.000,00 (novecentos e sessenta mil dólares) serão financiados com recursos do InfraFundo. Os US\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil dólares) restantes serão aportados pelo DAER, sobretudo em espécie e em conexão com os custos de administração e execução do Programa. O Programa atende às condições de qualificação estabelecidas no documento de criação do InfraFundo. Não existem outros fundos disponíveis em tempo e forma para a preparação deste Programa. O quadro abaixo resume os custos e as fontes de financiamento do Programa:

Custo e financiamento
(em US\$)

Descrição	Banco	Contrapartida	TOTAL
Componente I - Construção de capacidade institucional	280.000	74.000	354.000
Componente II - Apoio à preparação dos programas ACV e PAM	640.000	156.000	796.000
Administração, supervisão técnica e auditoria financeira	40.000	10.000	50.000
TOTAL	960.000	240.000	1.200.000
Participação (%)	80 %	20 %	100 %

IV. Execução

- 4.01** O Órgão Executor do Programa será o DAER, autarquia estadual dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa, operacional, financeira, patrimonial e jurídica, vinculada à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística. Para essa finalidade será criada uma UG, à qual se prestará apoio técnico por meio da contratação de consultores e da aquisição de equipamentos. O DAER deverá nomear um coordenador de Programa, com a atribuição específica de executar essa operação (condição especial de execução, prévia ao primeiro desembolso). A UG também deverá dispor de peritos na área de meio ambiente, em assuntos fiduciários e em aquisições de operações com financiamento do Banco. O DAER administrará o Programa e responderá por seus registros contábeis e financeiros, sendo responsável pelo arquivamento da documentação das transações efetuadas.
- 4.02** Para movimentar os fundos provenientes do Programa, o DAER negociará a abertura de uma conta especial. Para os desembolsos do Programa, será estabelecido, de acordo com os procedimentos do Banco, um fundo rotativo equivalente a 10% (dez por cento) do montante total do empréstimo. O DAER controlará o uso do fundo, preparará os pedidos de desembolso e apresentará ao Banco os relatórios de situação da sua utilização dentro dos 60 (sessenta) dias que se seguirem ao encerramento de cada semestre civil.